

ENTREVISTA: LENI VIEIRA DORNELLES

Realizada em 09 de fevereiro de 2016

Leni Vieira Dornelles possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Porto Alegrense (1983), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002) e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade do Minho. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, curso lato sensu, curso de mestrado e doutorado, formação de professor, ciberinfância e educação, modelos pedagógicos de educação a distância, pesquisa com criança, estudos da criança. Membro do Grupo de Estudos em Educação Infantil da FACED/GEIN. Ex-Vice-Diretora da FACED/UFRGS. Membro da Comissão de Pesquisa do Pós-graduação/PPGEdu. Coordena a coleção Infância & Educação da Vozes (Fonte: Currículo Lattes).

Leni, seu livro publicado em 2005 pela editora Vozes, você trata das condições de possibilidade para emergência da concepção moderna de infância como sujeito inocente e universal e quebra esse paradigma nos desafiando a pensar as múltiplas infâncias que estão por aí. Gostaríamos que nos contasse um pouco sobre a trajetória histórica da concepção de infância, desde sua invenção na modernidade e sobre os efeitos que essas concepções vêm provocando nas políticas públicas e educacionais direcionadas à educação infantil no Brasil.

Falar sobre a invenção da infância e sua constituição ao longo dos tempos nos remete a pensar que a história que conhecemos e tivemos acesso é uma história constituída a partir da modernidade, por volta do final do século XVI. Pouco ou nada se estuda sobre a história da infância na Antiguidade, por exemplo. Os estudos de Loyd De Mause

nos mostram como a infância acontecia em determinados espaços e lugares, mas o que mais me toca é quando o autor apresenta os modos como as crianças eram cuidadas, sobre o enfaixamento e sobre as crianças “casulos”, pois até uma determinada idade essas eram enfaixadas e colocadas principalmente na cozinha, lugar mais quente da casa, penduradas em ganchos, parecendo, assim, pequenos casulos. Tal exemplo também nos permite atentar, mesmo que nos pareça estranho, que ao longo da história da infância muitos foram os movimentos para fazer viver as crianças, pois era um tempo em que um grande número de crianças morria. Morriam no parto, de doenças, de fome, de frio, de pestes, de abandono. Morriam por serem pobres e dependentes do adulto. Quando tratamos das crianças no Brasil, pouco ou nada se sabe, por exemplo, da infância escrava, quase nada se fala das crianças que eram arrancadas de suas terras e junto aos adultos colocadas nos navios negreiros. O que acontecia com essas crianças nessas travessias, nada se sabe e pouco se pesquisa. Os estudos de Patrícia Pereira, por exemplo, apontam para esse acontecimento e nos afirma, ao tratar do período Colonial e do Império brasileiro, que a infância negra, dos filhos dos escravizados africanos, que além de incivilizada e destituída de humanidade, passa a ser um problema, “já que teria que ser alimentada e formada em um ofício, gerando prejuízos para o sistema escravista-latifundiário (PEREIRA, 2015, p.39). Pouco ou nada se sabe sobre o que acontece com as crianças negras que já vinham escravizadas para o Brasil. Dando um grande salto nessa rápida historicidade da infância no Brasil, penso que na atualidade há muitas infâncias se constituindo, existem infâncias cuidadas e abandonadas, pobres e ricas, analfabetas, trabalhadoras e com agendas cheias. Infâncias que têm garantido sua proteção e cuidado. Infâncias refugiadas e com medo. Há aquela infância que está à margem de tudo; dela fazem parte crianças que vivem e sobrevivem nos bueiros da vida urbana. Crianças com uma exclusão materializada, por exemplo, na roda dos expostos, na prostituição, no trabalho infantil, nos presídios com suas mães, crianças fora de creches e escolas, privadas de cuidado, atenção e saúde. Por outro lado, hoje uma parcela dessas crianças passa a constituir a cyberinfância. A infância das novas tecnologias: dos games, internet, multimídia, chats, lan houses, sites e blogs, a internet infantil. Contudo, devemos estar atentos para o caráter político do entretenimento das crianças, como um espaço de poder e de políticas de produção de subjetividades.

Considerando suas recentes pesquisas no campo da Sociologia da Infância, junto ao Professor Manuel Jacinto Sarmiento da Universidade do Minho (UMINHO) em Portugal, o que vem sendo pesquisado e discutido nos países europeus?

O que podemos aprender com Portugal com relação aos modos de pesquisar com crianças? A parceria Portugal/Brasil tem possibilitado a afirmação do conceito de criança como ator social, como sujeito com direitos, participativo e com voz. Nossas produções passam a dar uma visibilidade significativa à pesquisa com crianças, tanto nos discursos acadêmicos, como também em muitas práticas sociais com crianças. Existe uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a UMINHO no sentido de consolidar laços de pesquisas e promover discussões entre pesquisadores destes países.

Pode contar um pouco sobre essa parceria e sobre o modo como vem acontecendo?

Alguns aspectos que têm vindo a merecer nossa atenção nos últimos tempos são os nomeadamente relacionados aos preceitos éticos, metodológicos da pesquisa com crianças. Esse tema e essa discussão vêm desde 2012, desde o I Simpósio Luso-brasileiro em Estudos da Criança, realizado primeiro na UMINHO e depois na UFRGS, trazendo reflexões que apontam para os modos de significar nosso cotidiano de ações frente às crianças e suas infâncias. Discutimos analisamos dados apresentados a partir de nossas pesquisas com crianças, tentando pensar de que modo podem concretizar-se em formas de se pensar, discutir, escrever ou produzir sobre, para ou com as crianças, nas pesquisas com e sobre as crianças, desenvolvidas no Brasil e em Portugal. No entanto, o III Simpósio realizado em 2016 na Universidade do Porto em Portugal possibilitou-nos a convicção de que somente ouvindo e escutando o que as crianças têm a nos dizer sobre os seus modos de vida, poderemos vir a acrescentar, ao conhecimento sobre a infância, elementos inovadores e respeitadores da imagem da criança como sujeito ativo de direitos. Somente desta forma conseguiremos enfrentar as exigências de colocar em discussão todo e qualquer direito das crianças na pesquisa, em debates mais extensos de ampliação da cidadania

Sabemos que recentemente você vem direcionando o seu interesse de pesquisa às crianças refugiadas em Porto Alegre, tendo em vista que nos últimos quatro anos dobrou o número de pessoas refugiadas no Brasil e praticamente não temos estudos sobre essa questão social. Poderia adiantar um pouco sobre a relevância desse estudo e o impacto do mesmo para a vida das pessoas que aqui chegam de diversos países do mundo, em especial aquelas oriundas dos países africanos?

Em meio da organização do III Simpósio, que buscava entender as travessias e travessuras das crianças, hoje uma questão se torna visível e passa a atropelar nossas discussões, evento que chocou o mundo – os milhares de crianças que faziam sua travessia em busca da vida. Tal fato muda nossas certezas e nos captura frente àquilo que se impõe a pensar sobre crianças e infâncias em situação de refúgio tanto no Brasil como em Portugal. Tratar dessas crianças dentro do Simpósio, principalmente quando se referia as suas travessias nos fez indagar: que travessias são essas? A de jogá-las dentro de um bote para, talvez, chegar além-mar? Vendê-las para que com sorte sejam cuidadas em outro país porque o delas não dá conta de fazê-lo? Que travessuras fazem ou fizeram essas crianças para acabarem vivendo esses tempos de suas vidas? Tratar da Criança Refugiada foi trazer à tona o como produzimos infâncias em diferentes programas de pós-graduação em educação, universidades e escolas de nossos países, trazendo para nossas investigações o que é discutido sobre um tema que nos é tão caro, qual seja o da situação da criança refugiada que chega às nossas distintas cidades, províncias, aldeias. Essas discussões passam também a ser nosso tema de investigação e passamos a pensar tudo aquilo que se refere à criança refugiada, pensá-la como um devir atrelado à própria questão da infância refugiada enquanto acontecimento – em nossas pesquisas passa a ser um objeto notadamente marcado em termos da percepção do “diferente”, “do estrangeiro”. Nossa assertiva se sustenta, então, na garantia inarredável das “verdades” sobre as crianças e sua condição de refugiadas nas escolas da cidade de Porto Alegre. Recentemente tivemos o aceite do CNPq, do Edital Universal que nossa pesquisa sobre crianças refugiadas em escolas de Porto Alegre. Passaremos, eu, professora Circe Marques e professora Fabiana Marcello, a ter um incentivo a mais para seguirmos com a pesquisa que busca achar uma resposta para a criança síria que vive atualmente em São Paulo, que, ao

ser questionada se era síria ou brasileira, responde: “Eu nasci na Síria, mas sou brasileira, lá tem guerra”.

Para finalizar esta conversa, quais desafios que os professores e as escolas brasileiras enfrentam em seus tempos e espaços para acolher as múltiplas infâncias, considerando o direito de todas e, e ao mesmo tempo, de cada uma delas à uma educação de qualidade na infância?

O grande desafio dos professores das infâncias continua sendo, sem sombra de dúvida, o de estarmos atentos a que sujeito é esse que invade nossas salas de aulas, nossas escolas. O que pensam? Quais seus desejos? Como aprendem? Pensar seu pensamento para tentarmos entendê-lo e devolvermos em nossas ações pedagógicas um modo de aprender e estar com essas crianças de hoje. Como aproveitar as possibilidades de interlocução com essas crianças para tentarmos organizar com elas uma pedagogia da resiliência que as ajude a serem mais fortes, comprometidas e capazes de ter seus direitos garantidos, como forma de exercerem desde a infância a sua cidadania.

